

Senado promete agir contra Judiciário

EM REPRESÁLIA À IMPUGNAÇÃO DA CANDIDATURA DE HUMBERTO LUCENA À REELEIÇÃO, SENADORES AMEAÇAM CORTAR PODERES DO JUDICIÁRIO.

O Senado reagiu imediata e corporativamente à impugnação da candidatura do presidente da Casa, Humberto Lucena (PMDB-PB), pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Anteontem, o TSE cassou a candidatura de Lucena à reeleição por entender que ele cometeu crime eleitoral ao mandar imprimir 130 mil calendários com sua foto e distribuí-los com verbas do Legislativo. "Aguardem o troco", ameaçou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). "O que mais se ouve aqui é a palavra retaliação", disse.

A retaliação, segundo os senadores, pode resultar num corte profundo dos poderes que o Judiciário e o Ministério Público asseguraram na Constituição de 5 de outubro de 1988. Os senadores que participam do grupo de retaliação pretendem atingir o Judiciário na primeira revisão constitucional que ocorrer. "Saímos da ditadura militar e caímos na ditadura do Judiciário", afirmou o senador Antônio Mariz (PMDB-PB), normalmente um dos parlamentares mais comedidos de todo o Congresso. "Demos poder demais a um Poder que não sabe exercê-lo". Mariz é procurador de Justiça e, portanto, integrante do Ministério Público.

Em decorrência do episódio, o Senado conseguiu ontem até ter quórum. A maioria dos presentes protestava contra a decisão do

TSE. O senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA) afirmou que o Tribunal quis "encontrar um Cristo". Jutahy, que pertence ao PSDB e, por questões regionais, não apóia o candidato Fernando Henrique Cardoso (PSDB), deuse ao cuidado de fazer levantamento de material de propaganda em seu Estado, a Bahia. Segundo Jutahy, os gastos de todos são excessivos, mas nenhum tribunal eleitoral importa-se com isto.

Além da ameaça de retaliação contra o Poder Judiciário, os senadores mostraram também seu espírito de corpo. Josaphat Marinho (PFL-BA) ficou irritado ao saber que o líder do PT na Câmara, deputado José Fortunatti (RS), pretendia pedir a renúncia de Humberto Lucena da presidência do Senado. "Não é um deputado, lá da Câmara, que vai dar palpite sobre o que o Senado deve ou não fazer", disse Marinho.

'Prática comum'

CADERNOS E CALENDÁRIOS

Segundo Fortunatti, a utilização dos serviços da gráfica do Senado para fins eleitorais é prática comum na Casa. Ele determinou aos funcionários da liderança que apresentassem exemplares de cadernos escolares com propaganda de outros políticos que bus-



Mariz: "Demos poder demais a um Poder que não sabe exercê-lo".

cam a reeleição. Há também cadernos e calendários coletivos, como os exemplares da chapa completa do PFL ao Senado e ao governo do Maranhão: Alexandre Costa e Edison Lobão, candidatos a senadores, e Roseana Sarney, que tenta se eleger governadora do Estado, além de outros.

Nenhum dos exemplares indica que a impressão e encadernação foram feitas pela Gráfica do Senado, mas o líder Fortunatti afirmou que os cadernos foram retirados de lá. Além dos três maranhenses, a liderança do PT tem exemplares de cadernos que beneficiam também os senadores Saldanha Derzi (PRN-MA), Jonas Pinheiro (PTB-AP), Lavoisier Maia (PDT-RN) e Meira Filho (PFL-DF).

O primeiro secretário do Senado, Júlio Campos (PFL-MT), procurou reduzir o impacto das denúncias de utilização da gráfica em proveito pessoal dos senadores. Segundo ele, até 28 de junho, os parlamentares podiam imprimir tudo. "Nada era proibido". Agora, segundo Júlio Campos, nenhum parlamentar candidato pode utilizar o serviço da gráfica, por causa de resolução do TSE. No entanto, a proibição de uso da gráfica para fins eleitorais não consta apenas da resolução do TSE. Está contida em instrução normativa do próprio Senado, com data de julho de 1983. Por-

tanto, há 11 anos.

Contrastando com a reação dos senadores, o presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), tentava ontem evitar a deflagração de uma nova crise entre os poderes Legislativo e Judiciário.